

## A QUESTÃO AGRÁRIA NO HAITI À LUZ DA REALIDADE BRASILEIRA

RONEL MERVIL<sup>1</sup>;  
FLÁVIO SACCO DOS ANJOS<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Univerdade Federal de Pelotas- [gmervil18@gmail.com](mailto:gmervil18@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas- [saccodosanjos@gmail.com](mailto:saccodosanjos@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A questão da posse de terras no Haiti tem sido um tema amplamente debatido, especialmente devido à concentração deste meio de produção e da falta de regularização, fato que gera consequências importantes para a dinâmica do setor agrícola. De acordo com o Instituto Haitiano de Estatística e Informação (IHSI, 2009), a agricultura ocupa um lugar de destaque para a economia deste país. Nas décadas de 1960 e 1970 ela representava 45% do PIB, caindo para 24% em 2009. Além disso, segundo dados do censo agrícola do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Recursos Naturais (MARNDR-RGA) (2009), a maior parte dos agricultores possui pequenas áreas de cultivo, com 73,9% das propriedades cuja superfície é inferior a um "carreau"<sup>1</sup>, enquanto 26,1% das propriedades ocupam a maior parte da área disponível. Nesses termos, há uma desigual distribuição do solo agrícola. Os desafios são grandes para um país que vive, há vários anos, uma grave crise econômica e política agravada por catástrofes, com destaque para os dois últimos terremotos (2010 e 2021). Os altos custos de regularização de terras e os recorrentes conflitos dificultam uma reforma agrária efetiva que modernize as estruturas produtivas e promova justiça social. Até 2014 as ações do Estado não lograram mudar uma realidade assaz desfavorável, como demonstrado em estudo anterior (MERVIL, 2014).

Guardadas as devidas proporções, o quadro haitiano guarda semelhanças com a realidade brasileira devido ao impacto da exploração deixada pelo regime colonial. Nesse trabalho nosso olhar se volta não somente a apresentar, ainda que resumidamente, a estrutura fundiária no Haiti, mas também de analisar os vínculos da questão agrária com o desenvolvimento de um país que no passado foi considerado a colônia mais próspera das Américas, responsável por 2/3 do comércio exterior da França (JAMES, 2000) e que atualmente ocupa o último posto no continente em termos de desenvolvimento socioeconômico.

Assim, tanto no Haiti quanto no Brasil, a reforma agrária é vista como um meio crucial para combater a desigualdade social e promover o desenvolvimento rural, necessitando do comprometimento do Estado e da sociedade civil. Fazendo um paralelo com o caso brasileiro, que lições pode-se tirar para um repensar da reforma agrária no Haiti? O presente artigo se situa dentro deste âmbito de análise.

### 2. METODOLOGIA

O presente artigo toma por base dados apresentados do diagnóstico realizado durante a dissertação de mestrado do autor MERVIL (2014). Além disso, baseia-se no levantamento de dados junto a fontes de informação,

---

<sup>1</sup>Carreau: unidade de medida das áreas agrícolas haitianas, equivalente a 1, 29 ha.

incluindo documentos oficiais do governo haitiano, artigos científicos e pesquisas realizadas sobre o tema. Essa abordagem foi ampliada a partir dos estudos do autor durante a realização de disciplinas junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da UFPEL.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para compreender a questão agrária no Haiti é necessário levar em conta sua história, que se apresenta usualmente dividida em quatro períodos. O primeiro deles corresponde à fase de independência (1804-1806) Haitiana e os quarenta anos subsequentes (1807-1847). O segundo período compreende aos anos da ocupação estadunidense (1915-1934), seguido do regime ditatorial “*duvalierista*” (terceiro período), que se estende de 1957 a 1986. O quarto período corresponde ao frágil período de transição democrática que vai da década de 1990 até 2014.

A fase inicial é marcada pela instabilidade ligada à luta pela independência, alcançada em 1º de janeiro de 1804. A posse de terras reflete o jogo de alianças e a estrutura de poder. O Haiti tornou-se a primeira nação independente da América Latina e Caribe e o primeiro país a acabar com a escravidão. Durante o breve mandato do primeiro presidente e autointitulado imperador, Jean Jacques Dessalines<sup>2</sup>, admite-se que, para relançar a produção agrícola de um país devastado pela guerra de independência, era necessário, em primeiro lugar, manter as grandes propriedades, concedendo estes domínios principalmente aos generais do exército. No entanto, tal decisão acabou provocando descontentamento e conflitos que culminaram com o assassinato de Dessalines em 17 de outubro de 1806. Após esse trágico evento, os dois governos que sucederam o “Pai da Pátria” abandonaram o regime das grandes propriedades e optaram por pequenas propriedades, concedendo lotes de 1 a 5 “*carreaux*” a seus aliados. Segundo o Dr. DALENCOUR (1923), foram esses líderes que inauguraram o regime da pequena propriedade, pois, durante o período de 1807 a 1847, os dois presidentes que sucederam o “Pai da Pátria” permitiram a criação de 8.000 pequenas propriedades de 5 “*carreaux*”, instituindo o que hoje conhecemos como “pequena propriedade rural”.

Tanto o período da ocupação estadunidense como o regime ditatorial do Duvalierismo<sup>3</sup>, não ajudaram a estabilizar a situação da posse de terras e até contribuíram para agravar as condições socioeconômicas e políticas do país. Se a constituição de 1807 havia proibido os estrangeiros de terem acesso a bens imóveis no país, a chegada dos americanos mudou esse cenário, ao permitir que investidores estrangeiros comprassem e alugassem terras, forçando pequenos proprietários que não tinham meios para explorar suas parcelas a cederem suas terras. Tal fato esteve associado à criação de duas empresas estadunidenses, quais sejam, a HASCO<sup>4</sup> e SHADA<sup>5</sup>. O regime “*duvalierista*”, conhecido por sua

---

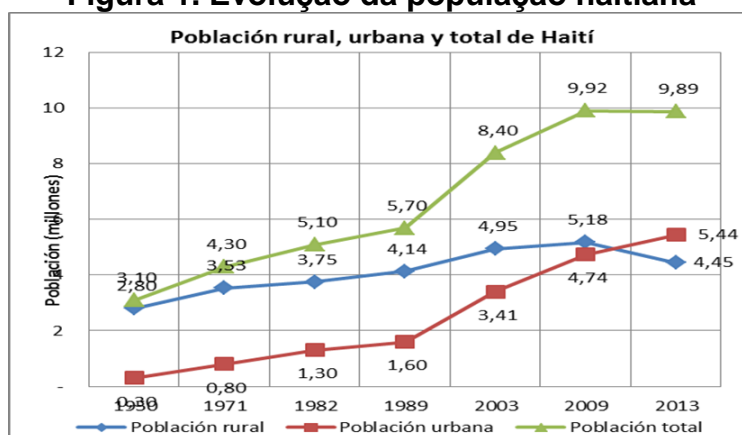
<sup>2</sup> Jean Jacques Dessalines foi o primeiro homem negro a ascender ao cargo de mandatário do país. Foi o grande líder do movimento da independência do Haiti, havendo sido assassinado dois anos após este fato, no dia 17 de outubro 1806.

<sup>3</sup> Duvalierista: regime ditatorial liderado por François Duvalier, Presidente do Haiti de 1957 a 1971. Seu regime perdurou mesmo após sua morte, quando foi substituído por seu filho Jean-Claude Duvalier (1971-1986).

<sup>4</sup> SHADA: Sociedade Haitiana-Americana de Desenvolvimento Agrícola, foi criada em 1945. Ela buscava desenvolver a produção de borracha. Vale frisar que a planta (*Hevea brasilienses*) já

feroz repressão às liberdades individuais era um entrave para que a sociedade civil pudesse avançar e promover mudanças que o país tanto necessitava, sobretudo no que tange ao desenvolvimento agrícola. Diante disso, cresceu o êxodo rural e as migrações internacionais. Segundo SAMUEL (1978), devido às condições sociais, econômicas e políticas desfavoráveis que afetavam a população rural, o processo de migração das áreas rurais para as cidades no Haiti se intensifica na década de 1950. Dados do Instituto Haitiano de Estatística, apresentados na figura 1, demonstram essa tendência demográfica, destacando o aumento significativo da população urbana em relação à população rural.

**Figura 1. Evolução da população haitiana**



Fonte: IHSI (2014)

Por sua vez, o período de transição democrática (década de 1990 até os dias atuais), embora frágil, é marcado, particularmente, pela criação do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INARA) e do Escritório Nacional de Cadastro (ONACA). Essas duas instituições têm como missão regularizar a estrutura fundiária do país, através da redistribuição das terras e realização dos registros das mesmas. No entanto, de acordo com o INARA (2007), por falta de recursos financeiros e de um bom mecanismo de cooperação interinstitucional, os resultados esperados estão longe de serem alcançados. Além disso, os conflitos fundiários são recorrentes, gerando grande instabilidade e uma queda pronunciada na produção e produtividade dos cultivos e criações.

Além disso, de acordo com o MARNDR-RGA (2009), embora as informações sobre o status legal das terras sejam imprecisas, é possível estimar que a maioria das parcelas (52,8% das terras no Haiti) é adquirida por meio de compras. As parcelas herdadas representam 26,5%, enquanto 12,1% das terras estão divididas entre menores de idade. O país possui 1.018.951 de propriedades, sendo que 75% das terras são geridas de forma informal.

A legislação agrária brasileira (Lei 4.504/1964) instituiu a desapropriação por interesse social como instrumento principal de acesso à propriedade da terra. É através desse mecanismo que se combate a especulação fundiária, bem como as práticas lesivas produzidas pelos latifundiários. Além disso, interesses individuais devem se submeter aos interesses coletivos. A desapropriação está diretamente ligada à correlação de forças políticas do país e à pressão exercida pelos

havia sido referida por ocasião da chegada de Colombo ao continente, sendo produzida por nativos haitianos, os Tainos.

<sup>5</sup> HASCO: Caldos Sugar Company Hatiano Americano. Trata-se de empresa estabelecida em 1912, arrendando cerca de 2.500 hectares na parte norte do Haiti.

movimentos sociais. Apesar das dificuldades, o Brasil avançou na política de assentamentos, sobretudo na região norte do país. Lamentavelmente o Haiti não dispõe desse tipo de instrumento para produzir as mudanças que deveriam ser realizadas para ampliar o acesso à terra pelas famílias rurais.

#### 4. CONCLUSÕES

À luz deste artigo, se evidencia que o Haiti possui dois modelos distintos de posse de terra: um formal, administrado pelo Estado, e o outro informal, a cargo dos camponeses. A urbanização e o êxodo rural intensificaram-se desde o século XX, resultando em superpopulação urbana e esvaziamento do campo. Tanto no Haiti, como no Brasil, a redistribuição de terras enfrenta dificuldades que estão diretamente ligadas à estrutura de poder. No caso do Brasil, a reforma agrária tem sido objeto da omissão do Estado e do favorecimento dos grandes latifundiários que se autointitulam participantes do agronegócio. Enfrentar a crise agrária haitiana passa pela regularização da posse da terra, mas especialmente pela organização política e social das famílias rurais. É só através da mobilização que o Ministério da Agricultura ver-se-ia obrigado a desapropriar e redistribuir terras improdutivas, bem como criar novos assentamentos. Além disso, haveria que limitar a divisão hereditária de parcelas menores de um “*carreau*”, para evitar o fracionamento excessivo da terra, garantir maior eficiência produtiva e melhorar a vida dos trabalhadores rurais.

#### 5. REFERÊNCIAS

- ALCANTARA FILHO, J. L.; FONTES, R. M. O. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. Revista HEERA, Minas Gerais, Vol. 4 n.7, p. 63-85, 2009.
- DALENCOUR, F. Le sauvetage national par le retour de la terre. Imprimerie V. Pierre Noël, Port-au-Prince, p.23, 1923.
- Institut Haïtien de Statistique et d'Informations (IHSI). Les comptes économiques en 2009. Publication annuelle, n.12, Port-au-Prince, décembre 2009.
- Institut Haïtien de Statistique et d'Informations (IHSI). Tendance démographique de la population haïtienne. Publication annuelle, n.12, Port-au-Prince, decembre 2014.
- Institut National de Reforme Agraire (INARA). Politique Agricole, Politique Agraire, Reforme Agraire: comment y Parvenir et Quels en sont les vrais Protagonistes. 2007. Panel PAPDA. Disponible en: <http://www.inarahaiti.org>. Consultado diciembre 2013
- JAMES, C.L.R. Os Jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2000.
- MERVIL, Ronel. Diagnóstico da Tenência de Terra Rural em Haiti. 2014. Dissertação (Maestria en Gestión y políticas e Públicas) - Curso de Pós-graduação en el Departamento de Ciencias físicas e Matemáticas, Universidad de Chile.
- Ministère de l'Agriculture des Ressources Naturelles et du Développement Rural (MARNDR). Recensement General d'Agriculture. 2009. Disponible en: <http://agriculture.gouv.ht>. Consultado mayo 2014.
- SAMUEL, M. Le prolétariat africain noir en France, témoignages recueillis et présentés. Maspero, Paris, p.262, 1978.